

# SOCIOLOGIA CLÍNICA E PSICOSSOCIOLOGIA: A NOÇÃO DE IMPLICAÇÃO DO PESQUISADOR

ANA GEBRIN  
RAFAEL ANDREOTTI

## RESUMO

O presente artigo aborda uma discussão epistemológica da Sociologia Clínica e da Psicossociologia no campo das Ciências Sociais. Ambas as correntes estão implicadas com a inclusão da noção de sujeito do inconsciente em um contexto social, produzindo uma ruptura com outras linhas de pensamento da sociologia e da psicologia que se aproximam às ciências exatas como modelo de legitimação disciplinar. O fato de se reivindicar tal ruptura da ilusão da objetividade em relação ao objeto de estudos coloca no centro da questão o próprio pesquisador enquanto sujeito, implicado em seu campo de estudos, e conseqüentemente também sendo objeto de sua pesquisa.

## PALAVRAS-CHAVE

Sociologia clínica, psicossociologia, epistemologia, implicação, inconsciente.

# CLINICAL SOCIOLOGY AND PSYCHOSOCIOLOGY: THE CONCEPT OF RESEARCHER INVOLVEMENT

## ABSTRACT

This paper deals with the epistemology of Clinical Sociology and Psychosociology in the area of Social Sciences. Both domains are concerned with the inclusion of unconscious subject in a social context. This statement breaks with other branches of sociology and psychology that try to be close to models from natural

sciences in order to find an academic legitimacy. The fact of breaking the illusion of objectivity in research puts at the center of attention the researcher also as a subject, accepted into his field, and consequently himself integrating the object of research.

## KEYWORDS

Clinical sociology, psychosociology, epistemology, involvement, unconscious, subject.

## RESUMÉ

TL'article traite sur la spécificité épistémologique de la Sociologie clinique et la Psychosociologie dans le domaine des Sciences Sociales. Les deux courants tournent autour de l'inclusion du sujet de l'inconscient dans un contexte social. Cela produit une rupture avec les autres courants de la sociologie et de la psychologie qui se rapprochent aux sciences

exactes comme modèle de légitimation disciplinaire. Le fait de revendiquer la rupture de l'illusion d'objectivité par rapport à l'objet d'étude, mets au centre de la question le chercheur en tant que sujet, pris par son terrain, et conséquence lui-même faisant partie de l'objet de recherche.

## MOTS CLÉS

Sociologie clinique, psychosociologie, épistémologie, implication, inconscient, sujet.

## SOBRE OS AUTORES

### ANA GEBRIN

Master Recherche em Sociologia Clínica e Psicossociologia na Universidade Paris Diderot – Paris VII. Laboratório de Changement Social. É Socióloga e atua nas áreas de psicanálise e imigração. [acebrim@gmail.com](mailto:acebrim@gmail.com)

### RAFAEL ANDREOTTI

Master Recherche em Sociologia Clínica e Psicossociologia na Universidade Paris Diderot – Paris VII. Laboratório de Changement Social. Doutorando em Psicologia na Universidade Lumière Lyon 2, França. É psicólogo e atua nas áreas de precariedade social.

SUBMETIDO EM  
Agosto de 2013

APROVADO EM  
Fevereiro de 2016

## 1 - INTRODUÇÃO

Sociologia clínica e Psicossociologia podem ser consideradas divisões disciplinares inscritas no campo das ciências humanas que se caracterizam, sobretudo, por uma determinada compreensão das noções de social e psíquico em seu objeto de investigação. Para além dos objetos específicos de cada área, ambas as disciplinas compartilham da mesma noção de sujeito do inconsciente e, nesse sentido, inauguram a perspectiva psíquica no campo da sociologia.

Partindo então da noção de sujeito do inconsciente, o próprio pesquisador, inscrito no campo investigativo dito clínico, passa a ser considerado nesta qualidade investigativa. Deste modo, o presente artigo pretende discutir a noção de implicação do pesquisador a partir da contextualização epistemológica dos campos científicos da sociologia clínica e da psicossociologia, referenciando-se através de seus principais autores. Dito de outra forma, pretende-se abordar uma discussão acerca das conseqüências metodológicas de um campo investigativo baseado, fundamentalmente, na articulação das dimensões sociais e psíquicas, que, por sua vez, estão erigidas sob a noção de sujeito do inconsciente, saber próprio do campo psicanalítico.

À primeira vista, pensar na relação do pesquisador com seu objeto de estudos pode ser um lugar comum. No entanto, pretendemos trazer para o centro do presente debate a noção de implicação do pesquisador como uma ferramenta metodológica do processo investigativo. Ou seja, do pesquisador enquanto clínico. Assim, podemos nos perguntar: quais os aportes teóricos de uma metodologia científica que trabalha também a partir dos desdobramentos clínicos da implicação do pesquisador em seu objeto de estudos? E, nesse mesmo sentido, como podemos conceber a inscrição epistemológica de disciplinas que articulam, em seu interior, discussões ancoradas nos campos da sociologia e da psicanálise?

Essas são algumas das questões que pretendemos discutir através de um debate epistemológico entre os campos investigativos da sociologia clínica e da psicossociologia nas ciências humanas.

## 2 - A SOCIOLOGIA CLÍNICA E SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS

Sociologia clínica é uma disciplina que pode ser definida a princípio por sua abordagem, e não pelos objetos de pesquisa trabalhados. A inscrição epistemológica nesse campo se caracteriza, portanto, por consagrar um lugar privilegiado à subjetividade na compreensão da realidade social. Tal abordagem introduz a perspectiva clínica no campo da sociologia nas ciências humanas.

A inscrição de uma pesquisa científica no domínio da sociologia clínica abre o caminho à pluridisciplinaridade, isto é, à possibilidade de trabalhar o objeto de estudos, através de distintos ângulos de compreensão nas ciências humanas. O objeto de uma pesquisa pode ser inscrito, então, em uma imbricação “complexa e permanente” entre as esferas psíquicas e sociais (De Gaulejac 2009), e, conseqüentemente, a problemática científica centra-se na análise da vivência dos sujeitos em situação social (Barus-Michel; Enriquez; Levy 2006).

Segundo De Gaulejac e Hanique (2007), a sociologia clínica coloca em tensão duas epistemologias que podem ser tanto complementares, como contraditórias: de uma lado, a postura sociológica “de distanciamento e de exterioridade” (Ibid), e de outro, a postura clínica “de implicação e de interioridade” (Ibid – tradução nossa, p. 31). Nesse sentido,

o desafio apresentado ao pesquisador é o de inscrever sua postura científica na relação entre implicação e distanciamento ao objeto de estudos:

“A tarefa da sociologia clínica é de procurar a boa postura entre a proximidade e a distância, entre a atenção à vivência e a análise das determinações sociais, entre a consideração do sujeito como agente de historicidade implicado na produção da sociedade e a análise das condições de seu assujeitamento.” (Ibid - tradução nossa, p. 31)

Assim, podemos pensar que o objeto de estudos inscrito na perspectiva epistemológica da sociologia clínica é compreendido a partir das articulações entre as dimensões do social e do psíquico. Entendendo que a perspectiva central de sujeito do inconsciente levada em conta é própria ao campo do saber da psicanálise.

A postura clínica na pesquisa caracteriza um determinado tipo de aproximação ao objeto de estudos. A etimologia da palavra *clínica*, como nos elucidava Fabienne Hanique (2009), *klinique*, é a de estar ao pé da cama, designando, assim, “o momento em que o médico não se interessa mais apenas pelo corpo, ou por um órgão defeituoso, senão pelo próprio paciente e tudo o que ele tem a dizer sobre sua própria doença” (Ibid – tradução nossa, p. 17). Assim, no campo da pesquisa científica, podemos considerar essa noção como uma postura (no sentido de posição) tomada pelo pesquisador em relação ao objeto.

Além disso, essa postura engaja, sobretudo, uma aproximação singular que é a de estar “o mais próximo da vivência dos atores” (De Gaulejac 2007 – tradução nossa, p.101). O que significa que a clínica, na perspectiva de uma pesquisa científica, assume uma posição de escuta dos elementos subjetivos, contextualizados socialmente. Portanto, a escolha da clínica, epistemologicamente, condiciona a utilização de certas ferramentas interpretativas na tentativa de “compreender a dimensão existencial” (Ibid – tradução nossa, p. 102) do objeto da pesquisa.

A implicação do pesquisador na produção de sua pesquisa é, antes de tudo, um elemento central levado em conta no processo de construção desse saber. Considerar a implicação subjetiva do pesquisador em seu objeto de estudos é, igualmente, uma maneira de reconhecer que “os elementos de sua história se encontram, inevitavelmente, em graus e sob formas distintas, em sua produção intelectual.” (Bouilloud 2007 – tradução nossa, p. 87).

Porém, como nos elucidava Giust-Desprairies (2004), além desse reconhecimento, o dispositivo clínico utiliza também a implicação do pesquisador como uma interrogação epistemológica. Dito de outra forma, a tomada de consciência, assim como a análise do fator da implicação, está em relação direta com a produção de saber e, consequentemente, com uma compreensão mais ampla e aprofundada do objeto da pesquisa.

Além da ideia da implicação subjetiva do pesquisador em sua investigação, a noção de *transferência*, cara ao campo da psicanálise, é igualmente levada em conta nessa abordagem. Nesse sentido, o conceito psicanalítico de transferência se insere na perspectiva da sociologia clínica, a partir da relação dual entre o pesquisador e o sujeito entrevistado para sua pesquisa. “Quem sou eu para o outro?” (Ibid – tradução nossa, p.303) é uma questão central em torno da relação transferencial estabelecida.

Freud compreende a transferência como o fenômeno motor da análise psicanalítica, referindo-se ao processo pelo qual, em uma situação analítica, o paciente transfere sentimentos afetivos positivos ou negativos ao analista. O conteúdo transferencial diz respeito, sobretudo, a eventos passados da vida do sujeito que não foram elaborados, isto é, que continuaram recalçados. Assim, a transferência, na perspectiva psicanalítica é compreendida como uma repetição, em que o conteúdo recalçado ressurgiu, então, na tentativa de uma simbolização. Enquanto conteúdo recalçado, na perspectiva freudiana,

as pulsões assumem formas sintomáticas de repetição. Diante desse conflito, o sujeito, alienado por sua condição inconsciente, atribui seu sofrimento a um outro, no processo da transferência.

Nas palavras de Freud, “o mecanismo de transferência é explicado se o referimos à prontidão da libido, que permaneceu de posse de imagos infantis; (Freud, 1912. P. 141) Isto é, se libido é a energia sexual da pulsão, podemos compreender a perspectiva freudiana da transferência como a dinâmica de referir, repetidamente, conteúdos infantis não elaborados a outrem. No entanto, no que se refere a repetição, ainda em Freud, é possível ver que: “a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido, [transferência] não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente. Devemos estar preparados, portanto, para o fato de que o analisando se entrega à compulsão de repetir, que então substitui o impulso à recordação, não apenas na relação pessoal com o médico, mas também em todos os demais relacionamentos e atividades contemporâneos de sua vida [...]” (Freud 1914: 201)

Assim, podemos abordar essa mesma noção em outras dimensões. Levando em conta o fenômeno transferencial, na perspectiva clínica da pesquisa, permite abordar uma dimensão subjetiva central para a compreensão do objeto da pesquisa. Segundo Giust-Desprairies: “A situação da transferência coloca em cena o sujeito. É a descoberta do eu na cena, ou no cenário apresentado; descoberta frequentemente espantosa de sua implicação, levando o sujeito a deixar de fazer o trabalho de atribuição de uma história que lhe aconteceu para, então, poder falar de sua própria história” (Ibid – tradução nossa: 302).

A contratransferência, nesse processo, é, igualmente, considerada e atualiza, mais uma vez, a noção de implicação do pesquisador. Na compreensão psicanalítica, tal fenômeno se refere a reações inconsciente do analista à pessoa analisada (Laplanche e Pontalis 1967). A contratransferência diz respeito tanto aos afetos em relação à transferência do analisando, como a influência do outro sobre o analista, ou pesquisador. As noções de transferência e contratransferência são compreendidas no conjunto de uma análise relevante, sobretudo, a implicação do sujeito pesquisador em sua atividade. Consequentemente, a análise e a relevância desses fenômenos determinam, igualmente, a interpretação realizada pelo pesquisador na perspectiva clínica. Ainda que a interpretação possa fazer igualmente “referência à intuição e à sensibilidade” do pesquisador (Cifali 2006 – tradução nossa: 256).

Dessa forma, é baseada na conceitualização psicanalítica da dimensão psíquica que a pesquisa em sociologia clínica articula seu discurso sobre a realidade social. A posição epistemológica da clínica sendo, portanto, a da implicação do pesquisador, assim como na psicanálise, torna-se, assim, bastante distanciada de uma postura científica convencional da sociologia, que coloca o objeto de pesquisa em exterioridade. Nesse sentido, podemos pensar que a co-construção de sentido na clínica é “incompatível com uma perspectiva de instrumentalização dos sujeitos com o único fim da pesquisa” (Giust-Desprairies 2004 – tradução nossa: 345).

### 3 - UMA ABORDAGEM DA NOÇÃO DE SUJEITO

Partindo da perspectiva clínica na sociologia, que, como vimos, parte de uma compreensão epistemológica de imbricação e complementaridade entre as esferas psíquicas e sociais, podemos nos perguntar acerca da abordagem da noção de sujeito levada em conta. Assim, propomos a seguir a discussão de uma definição possível da noção de sujeito na perspectiva científica da sociologia clínica.

A noção de sujeito advém, historicamente, no momento em que o indivíduo passa a atentar a sua interioridade, “às ressonâncias subjetivas” (Barus-Michel; Enriquez; Levy 2006 – tradução nossa: 6). Assim, é através do que podemos considerar de um interesse por si, em uma concepção de um “si mesmo” até então inexistente, que a noção de sujeito começa a se definir na modernidade.

O pensamento cartesiano, marcado pela fórmula “penso, logo existo”, considera o indivíduo como sujeito do conhecimento, imerso em uma interioridade reflexiva. O pensamento de Descartes introduz igualmente na filosofia ocidental a noção filosófica do “Eu”, “o sujeito pensante” (Ibid – tradução nossa: 8). O sujeito se define, portanto, em relação ao objeto e expressa a noção do homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e ações (Roudinesco; Plon 2011).

O pensamento hegeliano da dialética introduz a noção do sujeito produzido pela negatividade, e nesse sentido em uma oposição ao objeto, à natureza. É a partir da negatividade que se concebe a separação entre a natureza e o homem.

Segundo Adorno e Barus-Michel (2006), o sujeito não se reduz ao indivíduo, pois indivíduo designa uma unidade contável, um todo, e, portanto, indivisível. O sujeito, no entanto, à partir de uma compreensão psicanalítica do inconsciente é justamente definido por sua divisão. Nessa perspectiva, a definição de indivíduo não dá conta da singularidade subjetiva inerente ao sujeito. A psicanálise transforma o sujeito da consciência em um sujeito do inconsciente e do desejo (Roudinesco e Plon 2011).

Ainda que esse sujeito aspire a uma unidade, a noção de uma divisão estrutural atravessa o sujeito compreendido pela psicanálise. O inconsciente representa a “outra cena”, quer dizer, o lugar desconhecido da consciência, constituído de conteúdos recalçados que escapam às outras instâncias (Ibid).

Etimologicamente, a palavra “sujeito” evoca tanto noções de submissão como de subordinação, a partir das quais podemos pensar igualmente a questão do assujeitamento. Segundo De Gaulejac (2009 – tradução nossa: 188), “o termo “sujeito” vem do latim *subjectus* que quer dizer “submisso, assujeitado, exposto”, ou ainda de *subgcere* que significa “colocar embaixo, submeter, subordinar”. Ao mesmo tempo em que o sujeito se define pela oposição – e, então, em uma relativa autonomia em relação ao objeto, como vimos anteriormente - seu outro sentido nos leva quase que a uma representação contrária. A simples fórmula “ser sujeito” pode significar tanto a ideia de passar ao estado de sujeito –do pensamento, da reflexividade, da interioridade, do mundo simbólico e da autonomia – mas, também, significa o fato de ser submisso a alguma outra coisa, “à autoridade de um outro” (Ibid - tradução nossa: 188). Para De Gaulejac, “essa contradição, no fundamento mesmo da própria noção, conduz certos autores a abandoná-lo” (Ibid - tradução nossa: 188).

Se levarmos em conta a noção psicanalítica segundo a qual o indivíduo advém como sujeito a partir de seu acesso ao mundo simbólico, podemos nos colocar a mesma questão à propósito do duplo movimento contraditório do termo “sujeito”. Aceder ao mundo do simbólico representa tanto a inserção em um mundo compartilhado, da linguagem e da inscrição em um Outro; como, igualmente, o assujeitamento à autoridade dessas mesmas leis simbólicas. O acesso ao simbólico é, portanto, realizado através do assujeitamento aos códigos impostos pela norma, pois, se tomarmos o exemplo da linguagem, podemos constatar essa lógica através da maneira como nos submetemos à suas próprias leis.

Ainda sob o referencial psicanalítico, considera-se a emergência da categoria de sujeito enquanto inscrito na ordem simbólica. Nessa perspectiva, o conceito lacaniano de “falasser” (Roudinesco e Plon 2011) designa a concepção de sujeito como o da palavra. Porém, a violência do acesso a essa condição é devida à submissão aos códigos próprios à

estrutura simbólica. Dito de outra forma, aderir à linguagem, representa o assujeitamento à sua estrutura e às suas leis, mas, igualmente, e na mesma medida, a possibilidade de aceder à um mundo compartilhado no social.

“Falante, participante das construções linguageiras, entre assimilação e diferenciação, se iniciando, se apropriando e se fazendo reconhecer através delas, o sujeito se atribui a ele próprio sensações (eu sofro), sentimentos (eu amo), desejos (eu quero), atos (eu canto), ideias (eu penso). Mas ele é também falado, pego pela rede da linguagem, subjacente no discurso dos seus, de uns e de outros.” (Barus-Michel; Enriquez; Levy, 2006 – tradução nossa: 13)

Porém, é precisamente nesse assujeitamento inerente que o sujeito encontrará elementos que lhe permitirão se construir enquanto tal (De Gaulejac 2009). A entrada no simbólico, ou mesmo o fato de advir como sujeito, só é realizada a partir de um outro. É o outro que nos insere no mundo simbólico a partir de significantes. Para Enriquez (1998), sem os outros, o homem não chega nem mesmo a emergir da animalidade, já que é a partir do outro que nos inscrevemos em uma cultura e no social.

A ordem simbólica é constituída pelo social. O sujeito não advém senão pelo social: “As atitudes, as condutas, os comportamentos não podem ser compreendidos independentemente das condições sociais que lhes tornaram possíveis” (De Gaulejac 2009 – tradução nossa: 87). O sujeito é, na mesma medida que produtor, um produto das condições sociais.

Se compreendermos o homem como um ser desejante, logo chegaremos à fórmula proposta por De Gaulejac: “Não há desejos sem objetos. Não há objetos que não pertençam ao mundo dos objetos, ao mundo da troca, seja afetivo, simbólico ou comercializável” (Ibid – tradução nossa: 88). É, portanto, através do social que se define o que é desejável ou não para o indivíduo.

O fato de advir como sujeito é, nessa perspectiva, realizado através das condições sociais que o tornam possível em uma relação de imbricação entre as esferas psíquica e social. Assim, podemos considerar que a noção de sujeito se constrói através de determinantes psíquicos e sociais diante das transformações das sociedades contemporâneas.

Segundo Eugène Enriquez (2011), na mesma medida em que os sujeitos são assujeitados, em parte, às instituições, essas mesmas instituições, como condição *sine qua non*, para existir, não podem se tornar independentes dos sujeitos.

#### 4 - UMA CONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA PARA A INVESTIGAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA: A NOÇÃO DE GRUPO

Tendo em vista a abordagem científica inscrita no campo da sociologia clínica, em um segundo momento, gostaríamos de introduzir igualmente a abordagem sobre outra perspectiva científica de investigação nas ciências humanas; a psicossociologia. Como dito anteriormente, ambas as disciplinas compartilham da mesma preocupação epistemológica de imbricação das dimensões sociais e psíquicas no interior de suas produções, e, nesse sentido, da mesma pertinência em relação à implicação do pesquisador em seu objeto de investigação.

Partindo da psicossociologia como ângulo de investigação, tentaremos explicitar a maneira pela qual se desenvolve uma leitura do psíquico e do social nos trabalhos de investigação científica própria dessa disciplina. Durante algum tempo, esses dois âm-

bitos de conhecimento (psíquico e social) se caracterizaram por uma mútua exclusão que obrigava, muitas vezes, o pesquisador a tomar posição por um ou por outro, com o objetivo de legitimar-se no âmbito disciplinar das ciências sociais. No entanto, desde as produções sociológicas da década de 1940, (sobretudo na expressão do pensamento de Norbert Elias, articulado à obra freudiana), é possível pensar que essa lógica passou a ser considerada como redutora da complexidade de fenômenos que implicam uma tensão, ou imbricação, como dissemos anteriormente, entre ambos. Por definição, podemos considerar que não há possibilidade de pensar o psíquico sem o social, e, igualmente, o social sem uma definição de sujeito psíquico.

Como vimos na parte precedente, a definição de sujeito levada em conta na inscrição epistemológica da sociologia clínica se refere, sobretudo, ao sujeito do inconsciente. E deste mesmo referencial, também parte a psicossociologia, enquanto disciplina científica. Rapidamente podemos retomar a mesma discussão no campo da psicossociologia e dizer que se trata de um sujeito “assujeitado”, já que não alcança a compreender-se a si mesmo como um todo, porque algo escapa a seu raciocínio.

Todavia, parece-nos importante aprofundar um pouco mais acerca da epistemologia no âmbito psicanalítico a ser utilizada nesse campo. Tendo em vista que a sociologia de orientação clínica e a psicossociologia disputam um lugar no campo do saber com orientações que trabalham outras concepções de indivíduo e, conseqüentemente, outras posturas de investigador em relação à investigação (utilizando um modelo de “objetividade” próprio das ciências exatas), somente a evocação da psicanálise como referente teórico para conceitualizar ao sujeito já permite marcar uma diferença em relação a outras orientações. Porém, antes de tudo, consideramos importante questionar a disputa teórica no interior da psicanálise. Nesse sentido, podemos nos perguntar: existe somente uma concepção psicanalítica a ser trabalhada como referente teórico do sujeito do inconsciente? E o que dizer sobre uma concepção para integrar a psicanálise ao pensamento do social? De antemão, podemos pensar que essa escolha epistemológica não é desconsiderável, uma vez que implica previamente em conseqüências sobre o olhar que será efetuado do objeto de investigação em questão.

Podemos pensar, por exemplo, que a referência à teoria freudiana nessa perspectiva não é suficiente, já que a leitura de sua obra não é de nenhum modo neutra, e portanto implica, necessariamente, em uma escolha epistemológica que exclui as outras. A título ilustrativo, podemos dizer que a leitura feita por Anna Freud sobre a obra de seu pai, Sigmund Freud, não é a mesma daquela de Melanie Klein ou Jacques Lacan: seus olhares e conceptualizações foram diferentes, segundo a interpretação da obra do fundador da psicanálise e suas perspectivas teóricas. Ainda assim, no entanto, os três autores se apresentam como leituras legítimas da obra freudiana.

Entendendo a validade de cada uma dessas leituras para a construção de um trabalho epistemológico, Giust-Desprairies considera:

“Gostaria de sinalar a dificuldade de uma leitura plural, que toma em conta sistemas de referências distintos, não redutíveis entre si e que se diferencie de uma leitura acumulativa. Tentar uma abordagem multi-referencial, implica em retrabalhar clivagens instituídas entre, por exemplo, as racionalidades do social e aquelas da subjetividade; clivagens que permitiram a cada uma das disciplinas o desenvolvimento de saberes especializados em uma progressão que se converteu na exclusão de lógicas entre disciplinas.” (Giust-Desprairies 2009a – tradução nossa: 188)

A partir dessa discussão, podemos começar a pensar acerca da implicação do investigador, enquanto ator-sujeito da investigação, como modo de produção do conhe-

cimento. Seguindo essa tal postura, em que a implicação do pesquisador não só não é posta de lado, mas considerada ferramenta de trabalho, Ruth Kohn nos elucida sobre a implicação, como modo de obtenção de informação no campo de pesquisa:

“Na implicação como modo de produção de conhecimento [...] o investigador explora a particularidade de seu pertencimento e de sua visão submergindo-se ainda mais em um esforço de nomear as características e seus contornos. [...] O investigador [...] tenta examinar o sentido desse lugar para ele mesmo, de compreender em que ele se encontra « tomado », o que dele se encontra « dobrado para o interior » (definição de implicado). Tarefa no final de contas impossível, mas, apesar disso, indispensável » (Kohn 1986 – tradução nossa: 56).

Dessa forma, a implicação não é, simplesmente, uma prestação de contas de racionalidades acerca do campo de pesquisa, senão um instrumento metodológico a altura de outros. Assim, vemos como essa concepção de sujeito passa a ser fonte de questionamento para o próprio investigador, enquanto sujeito implicado em sua investigação. Segundo Kohn: “Fazendo passar certas informações no lugar de outras, seja como observador-decifrador ou observador-ator, cada um toma posição, não sempre no mesmo sentido, e nem sempre de maneira consciente e coerente [...] A “neutralidade científica”, ilusória, oculta as posições tomadas e obstrui o exame de seus fundamentos”. (Kohn 1998 – tradução nossa: 210).

Para a psicossociologia, a subjetividade é considerada não como um risco para o pesquisador de se manter à margem, mas sim como a grande potencialidade de seu trabalho, integrando o fato de que o investigador é também incluído como “sujeito-objeto” da investigação. O desafio será, portanto, o de trabalhar com uma conceptualização de sujeito que considere a consciência como importante e essencial para compreender a complexidade do objeto psicossocial.

Nesse sentido, será igualmente necessário trabalhar com a consideração da dimensão do inconsciente, não como aquela instância submetida somente à esfera do Eu, senão que, pelo contrário, como uma instância que se encontra em constante conflito com ele. Veremos as marcas da inserção do sujeito em um social particular, tanto a nível consciente, pré-consciente como inconsciente. Para o investigador esta epistemologia implica, segundo Giust-Desprairies (2004 – tradução nossa: 144), que a “produção de conhecimentos seria também produção de desconhecimentos”. Isso nos distancia, sobretudo, de uma posição de “expert” racional instituído de seu saber, para analisar o objeto de estudos, desde uma postura externa.

A partir dessa definição de sujeito, podemos nos autorizar a pensar em uma segunda questão envolvendo a presente discussão: o sujeito como sendo parte de um grupo. A fim de conceptualizar “microsociabilidade”, propomo-nos a trabalhar com o pensamento de Florence Giust-Desprairies, para quem o grupo, enquanto “unidade social”, será tanto espaço de apoio psíquico como espaço de ancoragem de significações imaginárias sociais (CASTORIADIS, 1999). Podemos ler, no sentido coletivo dado às atividades grupais, certos rasgos do psiquismo singular e, ao mesmo tempo, uma perspectiva fantasmática que concebe o grupo como construção. Nesse momento, o social não será simplesmente compreendido como uma entidade abstrata, da qual os indivíduos decidem ou não pertencer.

Veremos em cada uma de suas práticas e em cada um de seus modos específicos de fazer grupo uma utilização própria de significações tomadas do social, em que o afeto e o imaginário se encontram de maneira própria em cada coletivo.

A partir de uma análise de grupo que inclui a dimensão freudiana, Giust-Desprairies enumera três características centrais como definição: as fantasias e conflitos psíquicos dos sujeitos pertencentes ao grupo entram em ressonância uns com os outros; os membros mo-

bilizam um sistema defensivo comum contra os ditos conflitos psíquicos; o grupo retoma significações imaginárias para dar sentido a uma certa realização de desejos. (Giust-Desprairies 2009b).

Por detrás do discurso manifesto de um grupo instituído há uma dimensão latente que dará resposta a seguinte pergunta: “Quem somos?”, e que dará sentido à atividade comum, sem ser, apesar disso, reconhecida por seus membros. Podemos pensar que isso implica em uma construção grupal que significa ao coletivo e que é levada em conta para além de seus membros, em uma configuração que poderá ser desconstruída, a partir de se colocar em relação da palavra de diferentes atores da instituição à luz de sua história “manifesta”.

O sujeito coloca em cena uma problemática pessoal em uma situação social solicitante, tal como nos dá a ver o uso que ele faz das representações a partir das quais pensa e fala de sua experiência. Esse encontro, em situação de uma realidade social e de um ou vários sujeitos, permite iluminar as incidências subjetivas das determinações sociais ou das determinações subjetivas nas construções sociais, através de uma palavra dirigida e uma escuta enredada em seu contexto. Essa construção coletiva traz coerência aos buracos de sentido que são próprios da realidade, assim como aos psiquismos individuais, por meio de uma construção que transborda a subjetividade de cada um de seus membros.

Giust-Desprairies chamará essa construção de “imaginário coletivo”, que se trata, segundo a autora, de uma significação imaginária central que: “não esgota as significações imaginárias do grupo, menos ainda a dos indivíduos, mas que se apresenta como um princípio de ordenamento, uma força de ligação determinante para o funcionamento grupal” (Giust-Desprairies 2009b – tradução nossa: 359).

A partir dessa conceitualização, podemos começar a pensar a teorização do laço social no interior de um grupo. Esse laço é questionado através de transformações ou modelações psíquicas operadas pelos indivíduos:

“Trata-se por um lado de compreender como as lógicas sociais influem os percursos individuais e de analisar aquilo que os indivíduos põe deles mesmos nas dinâmicas coletivas. E por outro lado, trata-se de esclarecer a forma em que se trabalham os materiais psíquicos para chegar a formações coletivas específicas, imaginárias ou reais” (Giust-Desprairies 2009b).

Essa compreensão da dinâmica e do funcionamento grupal pela psicossociologia opera através de sua prática clínica de intervenções que se dão, sobretudo, no campo das instituições. Embasado nessa perspectiva teórica, o clínico em psicossociologia é convocado a uma atuação institucional que tem como objetivo central produzir efeitos de escuta e dissolução de conflitos no interior dos grupos. Parte expressiva da psicossociologia concentra-se na prática de pesquisas-ações e intervenções institucionais.

Mas atendo-se ao nosso objetivo de caracterização da disciplina, uma vez conceitualizado o grupo, a psicossociologia interessa-se igualmente pelas contradições epistemológicas em que se defrontam sua construção teórica e seu arcabouço conceitual. Nesse sentido, podemos tomar como exemplo o conceito de identidade, caro aos teóricos da psicossociologia. Se, por um lado, a psicanálise lacaniana (referencial teórico importante para compreender a dimensão psíquica) rechaça o conceito de identidade por considerar que o sujeito é sempre atravessado pela esquizia do inconsciente, utiliza-se, todavia, esse conceito por ser considerado central na caracterização da unidade em que se define a construção grupal. No entanto, isso não nos impede de sustentar, ao mesmo tempo, a noção de sujeito lacaniano para a conceptualização da problemática psíquica. Ou seja, é também no interior de algumas tensões epistemológicas que estão erigidas as bases teóricas de conceitualização e intervenção em psicossociologia.

Giust-Desprairies define a identidade como um processo complexo de ajuste contínuo entre lógicas psíquicas e lógicas sociais (Giust-Desprairies 1996). Seguindo esse raciocínio, podemos pensar que apesar de concebermos o sujeito em sua divisão, a vida em sociedade, o eu consciente e o indivíduo enquanto ator social vivem em relação permanente com outros, constituindo assim unidades que dão coerência, seja de ordem profissional, de gênero, sexual, familiar, etc. Esses grupos de pertinência funcionam não apenas como espaço de obturação da divisão subjetiva – permitindo ao sujeito criar uma ilusão de controle e de completude (em vista de dar sentido a vida social) – como também novos espaços de escoamento, transbordando o intrapsíquico. O intersíquico, então, se converte em uma fonte tão importante como o psiquismo singular, tanto para seu escoamento, como para espaço de conflito, seja pela via sintomática, projetiva, etc. Assim, vemos com essa identidade “psicossocial” está aberta a um dinamismo constante por seus intercâmbios com o psiquismo singular e as significações imaginárias provenientes do social.

Finalmente, e após ter explicitado a dimensão subjetiva e grupal desse trabalho de investigação, propomos a um terceiro nível de análise: o social. Assim, convocaremos o pensamento de Conrnelius Castoriadis, autor central na conceitualização da psicossociologia, e sua teorização histórico-social. Segundo o autor, o social não é outra coisa senão o coletivo anônimo, “o humano interpessoal que cobre toda a formação social dada, mas que também encerra cada sociedade entre as outras, e as inscreve todas em uma continuidade, em que, em certa medida, estão presentes os que não estão mais, os que estão fora, e aqueles que se encontram ainda para nascer” (Castoriadis 1999 – tradução nossa: 278).

Nesse sentido, então, podemos considerar o espaço social como uma trama simbólica que, na evolução temporal, conduz a um movimento constante entre a construção de novas imagens e sua instalação como legítimas, em uma dinâmica entre instituidores e instituídos. As significações imaginárias sociais não são uma produção abstrata, mas uma inscrição nesse social-histórico.

A idéia castoriadiana de “magma” implica, justamente, nessa circulação constante de imagens que se substituem e se mobilizam para além de seus portadores. Esse movimento é o efeito de uma história, é a criação e o resultado de um “nós” que, no mesmo movimento de produção, se produz como “autônomo”. Tal autonomia não pode ser pensada de outra forma, senão como uma iniciativa coletiva:

“O problema da autonomia é que o sujeito reencontra nele mesmo um sentido que não é seu e que deve transformar utilizando-se; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão sempre presentes como alteridade e como formando parte do sujeito – então a autonomia não é concebível, desde já filosoficamente, que como um problema de relação social.” (Castoriadis 1999 – tradução nossa: 133).

Assim como os indivíduos são opacos a eles mesmos, as sociedades também o são. Dito de outra forma, a autonomia como reconhecimento da diferença em si e no outro aparece então como condição para uma relação possível. Frente à proposta do autor de um “mundo fragmentado”, tentaremos pensar como, em cada micro sociabilidade que compartilha um imaginário comum, sempre há processos de resistência e dominação ligados à heteronomia e à autonomia. Nessa dinâmica, haverá sempre detenções de movimento, perdas de sentidos, como, também, novas possibilidades de imaginários criativos.

A partir desse trabalho, pudemos desenvolver uma articulação epistemológica consequente com o campo da psicossociologia. Entre a conceitualização do sujeito, do grupo e do campo social. Tentamos justificar a partir de referenciais teóricos que vêm a sustentar tal epistemologia, explicitando as escolhas do pesquisador para sustentar a

coerência interna da investigação empreendida. Não se trata de evitar a confrontação de teorias que não se encontram em desacordo, senão de explicitar as tensões conceituais que terão lugar na construção teórica da investigação. Como vimos, isso implica, sobretudo, em uma tomada de posição do investigador e, em consequência, numa concepção de sujeito sobre si mesmo, enquanto que observador-ator de seu domínio de investigação.

Com base nessa posição, interessamo-nos pela psicossociologia como domínio de conhecimento privilegiado para o trabalho com três dimensões complexas: subjetiva, grupal e histórico-social, tendo como elemento central, no interior de sua construção teórica, a dimensão da implicação do pesquisador em seu objeto de investigação.

## 5 - SOCIOLOGIA CLÍNICA E PSICOSSOCIOLOGIA: UMA NOVA DIVISÃO DISCIPLINAR?

A partir de um extenso recorrido pelas características principais de ambas abordagens para o trabalho entre os âmbitos psíquico e social, podemos nos colocar a seguinte questão: realmente é possível estabelecer uma diferença entre a perspectiva da sociologia clínica e da psicossociologia?

Consideramos que essa questão se baseia numa preeminência na formação de base de um pesquisador, e igualmente um interesse por outros âmbitos de investigação que o levam a partir da esfera psíquica para pensar sua inter-relação com o social, ou então o sentido inverso. Isso implica, de saída, um aprofundamento do âmbito psíquico ou social como base teórica para tal conceptualização. No entanto, não podemos deixar de considerar que ambas as disciplinas compartilham o mesmo anseio em pensar a complexa trama de trabalho entre duas áreas, que desde sua origem construíram sua legitimidade científica, a partir de uma mútua exclusão.

Como pudemos ver, tanto a produção científica inscrita no campo da sociologia clínica, como na psicossociologia se nutrem de um questionamento da figura do sujeito. Partindo assim de um sujeito dividido e do desejo, ambas posturas introduzem a existência do inconsciente como base para pensar a todos os participantes da pesquisa. A reflexão sobre a realidade social, portanto, está profundamente ancorada em uma compressão de sujeito fundamentada sobretudo na perspectiva psicanalítica de inconsciente.

Nesse sentido, podemos pensar que isso por si só traz uma série de consequências: em primeiro lugar, a ruptura com toda posição de racionalidade vinculada a acionar os atores no campo psicossocial. Isto é, podemos conjecturar que esse acionar não é deliberado, senão motivado por causas que o sujeito mesmo desconhece e que se vinculam a uma problemática psicossocial definida.

A partir dessa posição epistemológica, podemos levar em conta, portanto, a complexidade da função do pesquisador em trabalhar com hipóteses clínicas, mas não para resolver sua própria problemática no âmbito psíquico, senão para tratar de compreender de que modo uma situação social determinada pode ser demandante para o psiquismo de alguns sujeitos, como por exemplo: o que faz com que um sujeito permaneça em um determinado contexto institucional e não em outro? E a mesma questão é válida no sentido inverso: o que aporta uma determinada instituição para o psiquismo de um sujeito?

Se Freud conceitualizou a noção de pulsão a partir de um limite entre as dimensões somáticas e psíquicas de tal forma como uma soldagem entre dois campos, pensaremos essa mesma metáfora para o âmbito do psíquico e do social que esses campos se dedicam a trabalhar. Seguindo a tradição histórica da psicanálise, Freud começou por interessar-se pelo que, para grande parcela de seus contemporâneos, formava parte de algo desprezível.

Perante as histéricas com paralisias somáticas, alheias a toda lógica orgânica e que representavam um entrave para a medicina, Freud tomou a posição de fazê-las falar, criando uma clínica do detalhe e pondo em questão toda a racionalidade moderna.

Com uma epistemologia específica ao objeto psicossocial, mantemos a aposta freudiana pela escuta dos modos singulares do sujeito de inserir-se e ser atravessado pela trama do social. Chegamos assim a mais importante coincidência entre ambos os âmbitos de reflexão, derivada da conceptualização do sujeito do inconsciente: a de que o investigador é também objeto de investigação. Rompendo com uma ilusão característica da ciência tradicional de manter a distância da subjetividade do pesquisador como garantia de neutralidade científica, tanto a sociologia clínica como a psicossociologia se propõe a pensar a complexidade do investigador como sendo parte do cenário estudado.

Assim, entende-se o pesquisador também como “sujeito” de sua pesquisa, uma vez que foi também por determinadas razões que se chegou a um campo de investigação. Frente a qualquer instituição social que o pesquisador se proponha a estudar ou intervir, ele também terminará por reproduzi-la e a criar sentidos em função de seu próprio psiquismo frente aos buracos de sentido que encontra em seu campo de investigação. A título de exemplo para essa questão, é comum vermos o pesquisador começar a reproduzir a linguagem da instituição, apesar de sua vontade, uma vez introduzido em seu campo de estudos. No entanto, podemos ver que isso demonstra, sobretudo, como, ao introduzirmo-nos em um determinado espaço social, somos “falados” pelas instituições, para além de toda a pretensão de distância e suposta neutralidade científica.

É, então, desde esse lugar, que a implicação do investigador, ao invés de fazer parte da série de racionalidades a serem deixadas de lado, será tida nessa perspectiva epistemológica como um material a ser explorado no curso do trabalho investigativo, em constante questionamento com o campo estudado. É desse trabalho recíproco, entre campo de investigação e questionamento da subjetividade do investigador (pela sua inserção mesma no campo de estudos), que ambas as disciplinas, sociologia clínica e psicossociologia, se propõem à construção de conhecimento. Em vez de mostrar-se um obstáculo a ser ultrapassado ou deixado de lado, a implicação do pesquisador é, justamente, a potência epistemológica do trabalho empreendido.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADOIRNO, J. ; BARUS-MICHEL, J. 2006. Sujet, in Vocabulaire de Psychosociologie: Positions et références, BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E.; LÉVY, A., (ORG). Toulouse : Erès.
- BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E.; LÉVY, A., (ORG). 2006. Vocabulaire de Psychosociologie: Positions et références. Toulouse : Erès.
- BOUILLOU, J-P. 2007. Le chercheur, un autobiographe malgré lui in La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques, DE GAULEJAC, V., HANIQUE, F., ROCHE, P. (ORG). Toulouse : Erès.
- CASTORIADIS, C. 1999. L'Institution imaginaire de la société. Paris: Éditions Le Seuil. p.161
- CIFALI, M ; GIUST-DESPRAIRIES, F., (ORG). 2006. De la clinique, un engagement pour la formation et la recherche. Bruxelles : De boeck.
- CIFALI, M. 2006. Partis pris entre théories et pratiques cliniques in De la clinique, un engagement pour la formation et la recherche, CIFALI, M., GIUST-DESPRAIRIES, F., (ORG). Bruxelles : De Boeck.
- DE GAULEJAC, V., HANIQUE, F., ROCHE, P. 2007. La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse : Eres.
- DE GAULEJAC, V. 2007. Aux sources de la sociologie clinique in La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques, DE GAULEJAC, V., HANIQUE, F., ROCHE, P., (ORG). Toulouse : Erès.
- DE GAULEJAC, V. 2007. Introduction in La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques, DE GAULEJAC, V., HANIQUE, F., ROCHE, P (ORG), Erès.
- DE GAULEJAC, V. 2009. Qui est « je ». Paris : Seuil.
- DE GAULEJAC, V. 2011. Préface in Du ketchup dans les veines, pratiques et illusions, le cas Mcdonalds, WEBER, H. Toulouse : Erès.
- ENRIQUEZ, E. 1992. L'organisation en analyse. Paris : PUF.
- ENRIQUEZ, E. 2011. Désir et résistance : la construction du sujet, Lyon : Ed. Parangon
- FREUD, S. 1912. A dinâmica da transferência. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. 1914. Recordar, repetir e elaborar. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, 1916/17. Terapia analítica in Conferências introdutórias à Psicanálise, Teoria Geral das Neuroses. Ed Imago : Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas.
- GIUST-DESPRAIRIES, F. et ZYKBERSZTEJN-VAISMAN, L. 2001. La formation à l'entretien : un paradoxe pédagogique in L'entretien dans les sciences sociales, l'écoute, la parole et le sens, BLANCHET, A., Dunod.
- GIUST-DESPRAIRIES, F. 2004. Le désir de penser, construction d'un savoir clinique, Téraèdre.
- GIUST-DESPRAIRIES, F., 2009a. Entre social et psychique : questions épistémologiques, collection changement social, n°14, L'Harmattan
- GIUST-DESPRAIRIES, F. 2009b. L'imaginaire collectif , Toulouse : Erès.
- GRATTON, E., 2007. Pour une co-construction socioclinique, in La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques, DE GAULEJAC, V., HANIQUE, F., ROCHE, P., Toulouse: Eres.
- HANIQUE, F., 2009. Enjeux théoriques et méthodologiques de la sociologie clinique in Informations sociales 6/2009, (n 156).
- KOHN, R. 1986. La recherche par les praticiens : l'implication comme mode de production de connaissances », in Paris: Bulletin de psychologie, Tome XXXIX, n°377, p. 820.

- KOHN, R. 1998. Les Enjeux de l'observation : sur les enjeux de nos façons de percevoir et de décrire les faits humains et une exploration de l'observation questionnante. Paris: Anthropos. p. 121.
- LAPLANCHE, J. et PONTALIS, J.-B. 1967. Vocabulaire de la psychanalyse, Paris : PUF.
- ROUDINESCO, E., PLON, M. 1998. Dicionário de psicanálise, Rio de Janeiro: Ed. Zahar.